



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO

186
PROJETO DE LEI Nº 193/GAB.05/CMOPO/RO

EM, 21 DE OUTUBRO DE 1997.

“Dispõe da isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), aos servidores públicos Municipais”.

Autoriza o Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Rondônia a isentar o pagamento do IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) dos servidores públicos municipais.

Art. 1º- Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), os servidores públicos municipais do quadro efetivo ou servidores que prestam serviços junto ao município a mais de 02 (dois) anos.

Art. 2º- Somente será isento de pagamento a residência em que o servidor residir.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.


ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



PROJETO DE LEI Nº 193/GAB.05/CMOPO/RO

EM, 21 DE OUTUBRO DE 1997.

“Dispõe da isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), aos servidores públicos Municipais”.

Autoriza o Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Rondônia a isentar o pagamento do IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) dos servidores públicos municipais.

Art. 1º- Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), os servidores públicos municipais do quadro efetivo ou servidores que prestam serviços junto ao município a mais de 02 (dois) anos.

Art. 2º- Somente será isento de pagamento a residência em que o servidor residir.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT



JUSTIFICATIVA

Considerando que o Servidor Público Municipal, não tem aumento salarial nos últimos 02 (dois) anos e é grande a maioria que está impossibilitada de pagar os seus impostos, pois seus salários são irrisórios, solicito que os Senhores Vereadores analisem o mesmo.

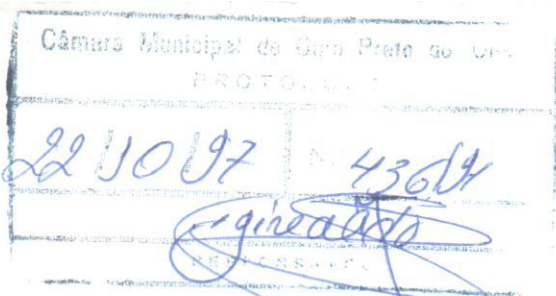
ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT



JUSTIFICATIVA

Considerando que o Servidor Público Municipal, não tem aumento salarial nos últimos 02 (dois) anos e é grande a maioria que está impossibilitada de pagar os seus impostos, pois seus salários são irrisórios, solicito que os Senhores Vereadores analisem o mesmo.


ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT



AO EXMº SR. PRESIDENTE:

Segue o presente processo montado nesta seção
através dos documentos em anexo ao mesmo

Em, 22-10-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURA PRETO DO OESTE

Eguinaldo
Degivaldo Jesus dos Santos

Seção Protocolo

Port. 039/GR/CMOPQ/RO/97

A Assessoria Jurídica

P/providências.

CMOPQ, 241997

Jose Dorival Pascoa da Silva
Vereador / PEB
Presidente / Câmara Municipal

AO Exmo Senhor Presidente
Envio, por meio de Lei Nº 193/97
com parecer Técnico-Jurídico
para apreciação e providências.
Em, 29. outubro. 1997. -

Assinatura:
José Alvaro dos Anjos
ALVARO JURÍDICO
PORT. 039/GR/CMOPQ/RO-94

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
ASSESSORIA JURÍDICA



Projeto de Lei nº 193/97 de 21 de Outubro de 1997.

Assunto: " **DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU), AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS .**"

PARECER TÉCNICO - JURÍDICO Nº 157/97

O projeto ora apresentado é cópia fiel do Projeto de Lei nº 188/97 que fora suspenso a pedido do Autor, uma vez que a Comissão de Justiça e Redação já dera parecer pela sua Inconstitucionalidade, considerando o que determina Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 140 caput.

Que é expressa:

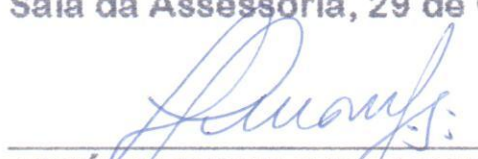
Art. 140 - "A isenção e remissão relativas a tributos e penalidades só poderão ser concedidas em Caráter Genérico e fundada em Interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato."

Assim sendo, somos de parecer que o Projeto é Inconstitucional e ilegal.

Isto posto, sugerimos à Presidência que nos termos do Art. 23 Inciso I letra C do regimento Interno Vossa Excelência declare prejudicada a proposição em face do parecer Contrário da Comissão de Justiça e Redação ao projeto 188/97 que trata da mesma matéria.

Arquivando-se o projeto, antes de sua tramitação por inequívoca ilegalidade.

É nosso parecer,
Sala da Assessoria, 29 de Outubro de 1997.



JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO

AO REGISTRO GERAL/COMPO,



Segue o presente processo, com Pedido do Sr.
Presidente/compo PARA Registro. E de acordo
com o Parecer Técnico Juizado no 157/97.

Em, 30.10.97

CÂMARA MUNICIPAL DE CHORO PRETO DO OESTE

Celison Cabral de Souza
Secretário Geral
Portaria 062/GP/CMOPO/RO/97